

## COMISSÃO DE SAÚDE

### SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 2.227, DE 2024

Institui programas de atenção integral à saúde para vítimas de queimaduras e suas famílias, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui programas de atenção integral à saúde para vítimas de queimaduras e suas famílias, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde.

Art. 2º Ficam instituídos programas de atenção integral à saúde para vítimas de queimaduras e suas famílias, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde.

Parágrafo único. Os programas instituídos por esta Lei deverão observar as seguintes diretrizes:

I - promoção da saúde mental e bem-estar das vítimas de queimaduras e suas famílias, com oferta de apoio psicológico contínuo e especializado, bem como de reintegração social;

II - reabilitação física e funcional das vítimas de queimaduras, com acesso a serviços de fisioterapia, terapia ocupacional e fornecimento de órteses e próteses, conforme necessário;

III - prevenção de novas ocorrências de queimaduras, por meio de campanhas educativas e ações de vigilância em saúde.

Art. 3º Compete ao Ministério da Saúde, em articulação com as Secretarias Estaduais, Municipais e Distrital de Saúde:

I - desenvolver programas específicos para a reabilitação e reintegração social das vítimas de queimaduras;



II - garantir o acesso a cirurgias plásticas reparadoras, quando necessário, observando os protocolos clínicos estabelecidos;

III - oferecer sessões de fisioterapia e terapia ocupacional para as vítimas de queimaduras, assegurando a continuidade do tratamento durante todo o processo de reabilitação;

IV - promover o acompanhamento psicológico das vítimas de queimaduras e de suas famílias, com equipes multiprofissionais devidamente habilitadas e dimensionadas conforme a demanda assistencial local.

Art. 4º O Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Saúde, desenvolverá:

I - articulação entre os profissionais de saúde da Atenção Primária e dos profissionais da educação para ações referentes à saúde na escola por meio de programas instituídos no âmbito destes ministérios;

II - apoio aos sistemas de ensino para que efetuem o atendimento educacional, em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, por meio do regime escolar especial, nos termos do art. 81-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, durante o período de internação, ao aluno internado para tratamento em decorrência de queimaduras.

Parágrafo único. Será assegurado ao educando nas condições previstas no inciso II, o ensino por meio de educação a distância pelo período que requerer o tratamento dos efeitos físicos e psicológicos das queimaduras sofridas.

Art. 5º O Poder Público, em articulação com sociedades de especialidades médicas, entidades da sociedade civil e demais organizações da área da saúde e da educação, promoverá campanhas permanentes de conscientização sobre a prevenção de queimaduras e o apoio às vítimas, com o objetivo de reduzir a incidência de acidentes e fortalecer a cultura de cuidado, segurança e inclusão social.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala da Comissão, em 9 de julho de 2025.

Deputado **ZÉ VITOR**  
Presidente

